

ESP-ESCOLA SUPER. BOMBEIROS CEL.PAULO MARQUES

Estudo Técnico Preliminar 26/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00216364/2026-83

2. Descrição da necessidade

2.1. A Escola Superior de Bombeiros (ESB), unidade de ensino do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, sediada no município de Franco da Rocha — SP, é responsável pela formação, especialização, aperfeiçoamento e habilitação contínua dos oficiais e praças do Corpo de Bombeiros, atuando ainda na qualificação técnico-doutrinária de profissionais civis e militares que compõem o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Constitui peça nuclear da política estadual de segurança pública e defesa civil, na medida em que a qualidade da resposta operacional aos sinistros, ocorrências de salvamento aquático, busca e resgate em estruturas colapsadas, atendimento pré-hospitalar, combate a incêndio estrutural e florestal, e ações de defesa civil é função direta do nível de capacitação ofertado nesta Unidade.

2.2. A demanda formalizada no presente ETP decorre da necessidade premente de reaparelhamento da infraestrutura didática, audiovisual e mobiliária da Escola, atualmente operando com mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos cuja vida útil técnica encontra-se esgotada ou em estado de obsolescência, tendo sido objeto de Plano de Aplicação aprovado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), com financiamento integral através de transferências obrigatórias do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para o Fundo Estadual de Segurança Pública (FUNDESP), na modalidade Fundo a Fundo, nos termos do inciso I do artigo 7º da Lei Federal nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

2.3. O problema concreto identificado consiste na inadequação física e tecnológica dos seguintes ambientes:

- (i) Laboratório de Resgate, que demanda assento ergonômico para acomodação de instrutores e discentes durante a transmissão da componente teórica do treinamento de Resgate Veicular e de Resgate Técnico em Estruturas Colapsadas;
- (ii) salas flexíveis (multiuso), cuja didática contemporânea exige mobiliário modular, móvel e rebatível para reorganização rápida do leiaute em função da metodologia ativa empregada;
- (iii) Torre Azul, instalação de simulação para treinamento operacional, carente de conjuntos carteira-cadeira do padrão da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), os quais são utilizados para os briefings, debriefings e ministério das aulas teóricas vinculadas aos exercícios;
- (iv) salas de aula da formação institucional, que demandam cadeiras universitárias com prancheta em quantitativo compatível com o efetivo discente;
- (v) auditório principal, desprovido de equipamento de projeção com luminância adequada às dimensões da sala;
- (vi) salas de aula e auditório, carentes de projetores multimídia para sustentação da exposição doutrinária;
- (vii) instalações de apresentação institucional, que carecem de sistema de sonorização amplificada profissional;
- (viii) Centro de Operações Didático, que requer monitores profissionais para composição de painel videowall destinado à apresentação simultânea de mapas táticos, indicadores operacionais e simulação de cenários.

2.4. O impacto operacional direto da não efetivação da contratação consubstancia-se em: comprometimento da formação técnico-profissional dos discentes; degradação da qualidade pedagógica das atividades de instrução; perda de capacidade de resposta da Escola na função de multiplicar conhecimento operacional para todo o efetivo do Corpo de Bombeiros; e, em consequência, prejuízo direto à preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio, missão constitucional do Corpo de Bombeiros estampada no artigo 144, parágrafo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Acresce-se que a inação configura risco gravíssimo de devolução dos recursos federais à Conta Única da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com fundamento no artigo 20, inciso I, da Portaria MJSP nº 440, de 4 de agosto de 2023 (e congêneres posteriores), penalizando o Estado de São Paulo e prejudicando a próxima recepção de recursos.

2.5. Os objetivos almejados com a presente contratação são, em síntese:

- (i) modernizar a infraestrutura didática da Escola, alinhando-a aos parâmetros de excelência exigidos pela atividade-fim;
- (ii) executar integralmente o Plano de Aplicação aprovado pela SENASP, sob pena de glosa;
- (iii) cumprir os prazos peremptórios de liquidação fixados no Ofício SSP nº 101/2026;
- (iv) garantir a rastreabilidade física, contábil e patrimonial dos bens permanentes adquiridos com fonte federal, mediante afiação da identidade visual conjunta exigida pela Portaria MJSP nº 737, de 23 de agosto de 2024; e
- (v) preservar a regularidade da prestação de contas anual ao MJSP por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Da Estratégia Geral de Contratação — Adesão Preferencial a Atas de Registro de Preços (Carona)

4.1.1. Considerando os prazos peremptórios fixados pela SSP/SP e pelo MJSP — em especial 15 de setembro de 2026, 31 de outubro de 2026 e 31 de dezembro de 2026 —, a estratégia recomendada para a integralidade dos itens deste ETP é a adesão a Atas de Registro de Preços vigentes, na condição de órgão não participante (carona), com fulcro no artigo 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Estadual nº 68.017, de 2023, e na Súmula 41 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, observado o limite de 50% dos quantitativos máximos da ata para cada órgão aderente, na forma do parágrafo 4º do artigo 86 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2. A opção pela carona justifica-se pela:

(i) drástica redução do prazo procedimental, em comparação com a abertura de pregão eletrônico próprio, cuja tramitação completa (instrução, parecer jurídico, publicação, sessão pública, julgamento, homologação e contratação) tem duração média superior a 90 dias úteis, prazo incompatível com os marcos de 15 de setembro e 31 de outubro de 2026;

(ii) economicidade comprovada, dado que os preços registrados em atas vigentes resultam de disputa pública competitiva, encontrando-se devidamente referenciados e aceitos por outros entes da Administração;

(iii) eficiência operacional, posto que dispensa a estruturação de equipe própria de pregão e mitiga riscos de impugnações ou recursos protelatórios.

4.1.3. A pesquisa de Atas de Registro de Preços vigentes deverá ser realizada, prioritariamente, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP — sítio eletrônico <https://pncp.gov.br>), na Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo (BEC/SP — sítio eletrônico <https://www.bec.sp.gov.br>), no Comprasnet/Compras.gov.br do Governo Federal, no portal do Banco de Atas (sítio eletrônico <https://www.bancodeatas.com.br>), no portal Diversas Atas e em portais oficiais dos Estados e dos Municípios, em ordem decrescente de preferência. Excepcionalmente, na hipótese de inviabilidade superveniente da adesão (ata expirada, saldo insuficiente, recusa do órgão gerenciador, recusa da empresa detentora ou inadequação técnica), aplicar-se-á a modalidade pregão eletrônico, na forma da seção 4.2 abaixo.

4.2. Da Modalidade Licitatória Subsidiária e Critério de Julgamento

4.2.1. Frustrada a adesão, a modalidade licitatória eleita será o pregão eletrônico, com critério de julgamento menor preço por item, regulado pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (no que compatível) e pelo Decreto Estadual nº 68.017, de 2023. Justifica-se a escolha pela natureza comum dos bens (artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 2021), cujas especificações técnicas são objetivamente aferíveis por descrições de mercado consolidadas. O critério menor preço por item, em detrimento do julgamento por grupo ou lote, atende ao princípio do parcelamento (artigo 40, parágrafos 2º e 3º, da Lei nº 14.133, de 2021) e à Súmula 247 do TCU, ampliando a competitividade.

4.3. Das Qualificações Exigidas

4.3.1. Qualificação Jurídica: ato constitutivo da pessoa jurídica devidamente registrado, com objeto social compatível; comprovação de regularidade junto à Receita Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT; consulta ao CADIN Estadual e ao SICAF; declaração de não enquadramento nas vedações do artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.2. Qualificação Técnica: apresentação de pelo menos um atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento, a contento, de bens compatíveis em quantidade e características com o objeto licitado. Em rigorosa observância à Súmula nº 30 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, é vedada a exigência de quantitativos superiores a 50% do quantitativo licitado, bem como qualquer cláusula desproporcional que restrinja indevidamente a competitividade.

4.3.3. Qualificação Econômico-Financeira: certidão negativa de falência expedida nos últimos 90 (noventa) dias; balanço patrimonial do último exercício social que demonstre Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral iguais ou superiores a 1,0 (um inteiro);

4.3.4. Qualificação Fiscal e Trabalhista: regularidade fiscal federal, estadual e municipal, regularidade junto ao FGTS e Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

4.4. Das Garantias Contratuais

4.4.1. Recomenda-se a não exigência de garantia contratual do valor do contrato, tendo em vista o pagamento somente após a entrega e recebimento dos bens,

4.5. Da Participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Cooperativas e Consórcios

4.5.1. Em estrita observância à Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e ao Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, fica estabelecido que:

(i) os itens cuja estimativa unitária seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) destinam-se à participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), o que abrange os Itens 01, 02, 03, 05, 07 e 08 deste ETP;

(ii) o Item 04 (cadeiras para salas de aula, valor estimado de R\$ 273.600,00) e o Item 06 (projetores, valor estimado de R\$ 145.059,00), por excederem o teto de R\$ 80.000,00, sujeitam-se à reserva de cota de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total para participação exclusiva de ME e EPP, mantendo-se 75% (setenta e cinco por cento) em ampla concorrência, conforme artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.6. Da Subcontratação

4.6.1. Veda-se a subcontratação total ou parcial do objeto, dado que se trata de fornecimento de bens permanentes, cuja execução é singular (entrega) e não comporta cessão de obrigação principal. Admite-se, exclusivamente, a contratação de transportadora terceirizada para entrega física, hipótese que não configura subcontratação em sentido técnico-jurídico.

4.7. Dos Requisitos Específicos do Fundo Nacional de Segurança Pública (Encargos da Fonte Financiadora)

4.7.1. Da Identidade Visual Federal Conjunta (Logomarca FNSP / Governo Federal / SUSP / MJSP). Sendo os bens permanentes adquiridos com recursos da União por intermédio do FNSP, é obrigatória, sob pena de recusa do material no momento do recebimento provisório, a entrega dos equipamentos com a identidade visual conjunta do Governo Federal, do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Ministério da Justiça e Segurança Pública, afixada de modo permanente, indelével e visível, respeitando-se rigorosamente as proporções, cores oficiais, tipologias e demais regras gráficas do Manual de Identidade Visual disponibilizado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e pelo Anexo II do Ofício SSP nº 101/2026, em estrito cumprimento ao inciso IV do artigo 16 da Portaria MJSP nº 737, de 2024 (sucessora do inciso IV do artigo 16 da Portaria MJSP nº 440, de 2023), bem como ao parágrafo único do artigo 1º da Lei Federal nº 13.756, de 2018.

4.7.2. Da Anuência Formal da Empresa Detentora da Ata. Na fase de Estudo Técnico Preliminar e quando da formalização do pedido de adesão (carona) a Ata de Registro de Preços de outro órgão, a Administração oficializará formalmente a empresa detentora da ata para que esta anua expressamente, por escrito, com a totalidade dos encargos da fonte financiadora federal. A empresa deverá declarar, mediante documento assinado por seu representante legal, que: (i) aceita fornecer os bens com a aplicação obrigatória da logomarca conjunta nos moldes do Manual da Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal, sem quaisquer custos adicionais ao preço registrado; (ii) submete-se ao prazo de entrega compatível com o cronograma de liquidação das ações do FNSP (limites de 15/09/2026, 31/10/2026 e 31/12/2026); (iii) compromete-se a apresentar, conforme aplicabilidade ao bem, os laudos técnicos atestando conformidade com a Norma Técnica SENASP correspondente; e (iv) reconhece a possibilidade de fiscalização in loco por servidores do MJSP/SENASP, conforme artigo 21 da Portaria MJSP nº 737, de 2024.

4.7.3. Da Conformidade com Normas Técnicas SENASP (Portaria MJSP nº 104, de 2020). Havendo Norma Técnica SENASP aplicável ao bem específico (NT-SENASP), o presente Estudo Técnico Preliminar exige-a peremptoriamente, com fulcro no artigo 7º da Portaria MJSP nº 104, de 13 de março de 2020, segundo o qual as aquisições de equipamentos e serviços de segurança pública pelas instituições do SUSP, com recursos oriundos do Orçamento Geral da União, incluindo o FNSP, deverão observar as Normas Técnicas SENASP, quando existirem. Ressalva-se que, para os bens objeto deste ETP (mobiliário escolar e equipamentos audiovisuais didáticos), inexistente, à presente data, NT-SENASP em vigor especificamente aplicável, motivo pelo qual a exigência subsidiária recairá sobre as normas brasileiras correlatas (NBRs ABNT) e certificações setoriais, conforme detalhado por item na seção 6 deste documento. Caso, durante a fase externa, sobrevenha publicação de NT-SENASP aplicável, a especificação técnica será imediatamente atualizada.

4.7.4. Da Declaração de Conformidade nos Moldes da Resolução SSP/SP nº 49, de 2025. O ateste da despesa, em qualquer fase de pagamento, ficará rigorosamente condicionado à elaboração e juntada da Declaração de Conformidade, nos moldes do modelo padronizado pela Resolução SSP/SP nº 49, de 2025, devidamente preenchida pelo Fiscal Técnico do contrato, atestando o atendimento integral aos requisitos do Plano de Aplicação, à identidade visual federal e às demais exigências da fonte FNSP. O documento integrará, obrigatoriamente, o processo de pagamento submetido ao SIAFEM e ao SIAFÍSICO.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Metodologia de Prospecção

5.1.1. O levantamento de mercado foi conduzido em quatro frentes simultâneas: (i) consulta a Atas de Registro de Preços vigentes no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e em portais especializados (Banco de Atas, Diversas Atas, LFC Governo); (ii) consulta direta a fabricantes e fornecedores tradicionais do mercado de mobiliário escolar e audiovisual nacional, mediante prospecção em sítios eletrônicos institucionais; (iii) análise comparativa de aquisições similares realizadas por órgãos federais, estaduais e municipais nos últimos 12 (doze) meses; e (iv) consulta à Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo (BEC/SP). Privilegiou-se, em todas as frentes, a identificação de soluções que combinassem qualidade técnica comprovada por NBRs ABNT, durabilidade compatível com uso institucional intensivo e preço competitivo.

5.2. Análise Comparativa de Soluções Nacionais e Internacionais

5.2.1. No segmento de mobiliário escolar, o mercado nacional encontra-se maduro e tecnologicamente equiparado ao mercado internacional, com fabricantes como Frisokar, Marelli, Cavaletti, Flexform, Plaxmetal, Cadeira Brasil e Toribio competindo com qualidade técnica equivalente, ainda que a preços notoriamente inferiores aos importados. Não se justifica, portanto, qualquer prospecção internacional, a qual implicaria custos logísticos, tributários (Imposto de Importação, ICMS-Importação, PIS/COFINS-Importação) e prazos incompatíveis com os marcos temporais do FNSP.

5.2.2. No segmento de projetores e monitores profissionais, embora os fabricantes sejam predominantemente estrangeiros (Epson, Samsung, LG, BenQ, Optoma), a aquisição se dará por intermédio de distribuidores e revendedores autorizados nacionais, com nota fiscal brasileira, suporte técnico em território nacional, garantia local e disponibilidade de assistência técnica autorizada — fatores que tornam desnecessária e desaconselhada a importação direta.

5.3. Análise de Contratações Similares

5.3.1. Em consulta ao PNCP e ao Comprasnet, foram identificadas, nos últimos 12 meses, dezenas de aquisições congêneres realizadas por instituições de ensino vinculadas a Corpos de Bombeiros e Polícias Militares de outras Unidades Federativas (PMPR, PMSC, PMMG, PMRJ, CBMERJ, CBMDF, dentre outros), bem como por escolas técnicas estaduais (Centro Paula Souza, IFSP, ETECs), todas com escopo equivalente ao do presente ETP. As referidas aquisições convergem para a estratégia de adesão a atas de registro de preços ou pregão eletrônico por item, com sucesso documentado de execução dentro dos prazos e da qualidade exigida.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução adotada compreende a aquisição de oito famílias de bens permanentes, todos integrantes do Plano de Aplicação aprovado pela SENASP, dispostos para atendimento integrado das necessidades didáticas, audiovisuais e mobiliárias da Escola Superior de Bombeiros, com entregas escalonadas em parcela única por item, mediante agendamento prévio com a Seção de Almoxarifado da UGE 180202.

6.2. A integração entre os componentes ocorre da seguinte forma: as cadeiras longarinas (Item 01) destinam-se à área de espera-instrução do Laboratório de Resgate; as mesas rebatíveis (Item 02) compõem com as cadeiras universitárias (Item 04) o leiaute das salas flexíveis e tradicionais de ensino; o conjunto carteira-cadeira FDE (Item 03) atende exclusivamente a Torre Azul, instalação de simulação técnica; o projetor de auditório de alta luminância (Item 05) é complementado pelos projetores de sala (Item 06), formando o sistema audiovisual integrado; as caixas de som amplificadas (Item 07) suprem a sonorização dos auditórios e salas; e os monitores tipo vídeo wall (Item 08) compõem painel multitela para atividades de coordenação didática e simulação operacional.

6.3. As exigências de manutenção e assistência técnica seguirão o disposto na garantia contratual de 12 (doze) meses, com obrigação da Contratada de prestar atendimento técnico especializado em até 5 (cinco) dias úteis para mobiliário e 3 (três) dias úteis para equipamentos eletroeletrônicos, contados do recebimento da comunicação escrita pela Administração. Em caso de necessidade de substituição de componente, o prazo máximo será de 30 (trinta) dias corridos.

6.4. O ciclo de vida estimado dos bens permanentes adquiridos é o seguinte: mobiliário escolar — vida útil de 10 (dez) anos, conforme tabela de depreciação da Secretaria do Tesouro Nacional aplicada ao setor público (Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015); projetores multimídia — vida útil de 5 (cinco) anos, conforme depreciação aplicada a equipamentos de processamento de dados; monitores LFD profissionais — vida útil de 6 (seis) a 8 (oito) anos, considerando uso 24/7; caixas de som — vida útil de 8 (oito) anos. Findado o ciclo, os bens serão objeto de procedimento regular de desfazimento, com observância do Decreto Estadual nº 60.428, de 8 de maio de 2014, e suas alterações.

6.5. Não haverá necessidade de obras civis, reformas ou adequações de infraestrutura para implantação da solução, posto que os ambientes destinatários (salas de aula, auditório, Laboratório de Resgate, Torre Azul) já se encontram operacionais. Eventuais necessidades pontuais de instalação elétrica complementar para os monitores vídeo wall serão executadas pela Seção de Manutenção da própria ESB, com recursos próprios de custeio.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Apresentam-se, a seguir, o Plano de Aplicação aprovado com as especificações técnicas, os quantitativos, as memórias de cálculo e os preços unitários e totais estimados para cada uma das oito ações vinculadas à Escola Superior de Bombeiros.

7.2. Item 01 — Cadeira Longarina (3 lugares) para Laboratório de Resgate

7.2.1. Vinculação: Eixo FISPD/2021. Valor disponível na Ação: R\$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais).

7.2.2. Descrição: Cadeira tipo longarina de 3 (três) lugares, sem braços, com assento e encosto em polipropileno injetado virgem (alternativamente em ABS injetado), na cor preta, padrão institucional. Estrutura formada por dois pés laterais em tubo de aço oblongo (medidas mínimas 29 x 58 mm, espessura mínima de 1,5 mm), com tratamento antiferrugem e pintura eletrostática a pó (epóxi-poliéster) na cor preta. Assento com dimensões mínimas de 400 x 460 mm; encosto com dimensões mínimas de 403 x 364 mm; altura assento-piso aproximada de 460 mm. Sapatas em polipropileno antiderrapante. Capacidade de carga estática mínima de 110 kg por assento. Conformidade com a NBR 13962, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), versão 2018.

7.2.3. Memória de Cálculo Quantitativo: O Laboratório de Resgate da ESB conta com área aproximada de 80 m² de zona de instrução teórica, com capacidade nominal para 24 (vinte e quatro) discentes em regime de instrução em massa. Considerando-se a configuração modular com longarinas dispostas em 8 (oito) fileiras de 3 (três) assentos, cada fileira ocupando aproximadamente 1,80 m linear, alcança-se o quantitativo de 8 (oito) longarinas para acomodação confortável de 24 discentes simultâneos.

7.2.4. Memória de Cálculo Financeiro: Pesquisa de mercado aponta preço unitário médio de longarina de 3 lugares em polipropileno injetado, com estrutura em aço oblongo, na faixa de R\$ 1147,00

7.3. Item 02 — Mesa Rebatível com Rodízio (Sala Flexível)

7.3.1. Vinculação:

Eixo FISPD/2021. Valor disponível na Ação: R\$ 30.539,96 (trinta mil, quinhentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos).

7.3.2. Descrição:

Mesa rebatível de 1400 mm para uso em sala de treinamento, com as seguintes características mínimas:

Mesa rebatível Material/Composição do Tampo: em MDP na cor cinza claro, laminado em BP, espessura 25 mm, com bordas de PVC na cor do tampo; Dimensões: comprimento 1,40 m; largura entre 0,60 m e 0,80 m; altura entre 0,73 m e 0,75 m; Material/Composição da Estrutura: aço em tubo retangular 50x30 e 50x50, com pintura eletrostática a pó (epóxi) na cor preta; Mecanismo: possuir mecanismo de inclinação do tampo em conjunto metálico (aço), com dobradiças, eixos e travas; Rodízios: 04 (quatro) rodízios giratórios, sendo no mínimo 2 (dois) com travas, em polipropileno e suporte em aço, apropriados para uso em piso interno; Peso líquido aproximado do produto: 17 kg; Embalagem: 01 (uma) peça por caixa,

acompanhada de manual de instruções; Garantia do fornecedor: 12 (doze) meses; Padronização: o fornecimento de todas as unidades deverá ser realizado na mesma medida e cores (conjunto padronizado).

7.3.3. Memória de Cálculo Quantitativo:

A Sala Flexível da Escola Superior de Bombeiros (ESB) possui área aproximada de 70 m², com capacidade nominal para 22 (vinte e dois) discentes em regime de aprendizagem ativa, demandando reorganização periódica do leiaute (configuração em “U”, em grupos, em fileiras paralelas etc.). O quantitativo de 22 (vinte e duas) mesas individuais rebatíveis permite a cobertura plena da capacidade discente, assegurando mobilidade, reconfiguração rápida do ambiente e armazenamento otimizado quando as mesas não estiverem em uso.

7.3.4. Memória de Cálculo Financeiro: Pesquisa de mercado aponta preço unitário médio de Mesa Rebatível com Rodízio, na faixa de R\$ 1149,99.

7.4. Item 03 — Conjunto Carteira e Cadeira (padrão FDE) para Torre Azul

7.4.1. Vinculação: Eixo RMVI/2023. Valor disponível na Ação: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

7.4.2. Descrição: Conjunto composto por 1 (uma) carteira escolar e 1 (uma) cadeira escolar, conforme especificações da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) do Estado de São Paulo, nas especificações 09.04.05 (mesa do aluno tamanho 6 — referencial CR ENS-04) e 09.04.04 (cadeira do aluno tamanho 6 — referencial CR ENS-03), em conformidade com a NBR 14006:2008 e NBR 14007:2008 da ABNT. Tampo em MDP/MDF de 18 mm com revestimento melamínico, perfil em PVC, dimensões mínimas de 600 x 450 mm; estrutura tubular metálica com pintura epóxi; cadeira com assento e encosto em polipropileno injetado, fixados a estrutura tubular metálica, capacidade mínima de 110 kg.

6.4.3. Memória de Cálculo Quantitativo: A Torre Azul é instalação de simulação técnica de 6 (seis) pavimentos, dispondo de 2 salas de instrução teórica anexa, com capacidade nominal de 44 (quarenta e quatro) discentes para briefings e debriefings das atividades de simulação. Quantitativo definido: 44 (quarenta e quatro) conjuntos.

7.4.4. Memória de Cálculo Financeiro: Pesquisa de mercado aponta preço unitário médio de Conjunto Carteira e Cadeira (padrão FDE), na faixa de R\$ 506,00.

7.5. Item 04 — Cadeiras Fixa para Salas de Aula

7.5.1. Vinculação:

Eixo RMVI/2023. Valor disponível na Ação: R\$ 273.600,00 (duzentos e setenta e três mil e seiscentos reais).

7.5.2. Descrição:

Cadeira fixa para diálogo, com as seguintes características mínimas:

a) Configuração geral:

Modelo fixo, para diálogo, com espaldar baixo, sem braços.

Estrutura fixa do tipo 04 (quatro) pés, com sapatas articuladas.

b) Encosto:

Encosto estruturado em chassi de polipropileno injetado, com aletas de reforços estruturais.

Estofamento em espuma flexível de poliuretano injetada e moldada, com espessura média predominante mínima de 40 mm.

Contra capa do encosto em carenagem injetada em polipropileno, de modo a:

- deixar inacessíveis e não aparentes os pontos de fixação do extensor de encosto no chassi do espaldar;
- cobrir o extensor, não o deixando aparente.

Dimensões mínimas do encosto: largura de 450 mm e extensão vertical de 390 mm.

c) Assento:

Assento estruturado em:

- chassi de polipropileno injetado com aletas de reforços estruturais; ou
- compensado multilaminado anatômico, com espessura mínima de 12 mm.

Estofamento em espuma flexível de poliuretano injetada e moldada, com espessura mínima média predominante de 40 mm.

Contra capa do assento em polipropileno injetado, protegendo todo o contra assento e bordos, sem uso de perfil de PVC para os bordos.

Fixação dos elementos ao chassi do assento por meio de parafusos e porcas-garra com rosca métrica.

Dimensões mínimas do assento: largura e profundidade de superfície de 460 mm.

d) Revestimento:

Revestimento do assento e encosto em laminado sintético de PVC espalmado sobre malha.

Cor a ser definida pela Administração, dentre as opções da cartela do fabricante.

e) Suporte de junção do encosto:

Suporte em chapa de aço de espessura mínima de 6,35 mm, estampada com vinco de reforço estrutural; ou

Tubo elíptico ou oblongo de aço, com dimensões mínimas de 18 x 43 x 1,50 mm, com reforço interno.

Fixação na estrutura metálica da viga ou flange (e não diretamente no assento).

Acabamento com pintura eletrostática a pó.

Capa/carenagem plástica injetada em polipropileno em alta pressão, não sendo aceitas capas sanfonadas ou corrugadas em PEAD soprado.

f) Estrutura metálica:

Estrutura fixa, tipo 04 pés, manufaturada em tubo de aço carbono, diâmetro mínimo de 22,22 mm e espessura mínima de parede de 1,20 mm.

Plataforma para fixação do assento e da junção do encosto em chapa de aço com espessura mínima de 2,25 mm, tipo flange universal.

Tratamento de superfície do aço com pintura eletrostática a pó, cor preta.

g) Sapatas:

Sapatas articuladas injetadas em termoplástico polipropileno, para atrito com a superfície do piso.

Mínimo de 04 (quatro) sapatas por estrutura.

A articulação da sapata deve aumentar a durabilidade, em função da maior massa de material empregada, e permitir correção de pequenas irregularidades no piso.

7.5.3. Memória de Cálculo Quantitativo:

A Escola Superior de Bombeiros dispõe de 12 (doze) salas de aula com capacidade nominal de 40 (quarenta) discentes cada, totalizando 480 (quatrocentos e oitenta) postos de uso simultâneo necessários para acomodar a integralidade dos cursos regulares de formação, especialização e aperfeiçoamento ofertados. O quantitativo de 480 (quatrocentos e oitenta) cadeiras fixas para diálogo proporciona a cobertura plena dessa demanda, permitindo padronização dos ambientes e substituição de cadeiras antigas ou fora de padrão ergonômico. Lembrando que atualmente a Escola já possui mesas, as cadeiras seriam para renovar as atuais que se encontram deterioradas.

7.5.4. Memória de Cálculo Financeiro: Pesquisa de mercado aponta preço unitário médio de Cadeiras Fixa para Salas de Aula, na faixa de R\$ 575,49.

7.5.5. Distribuição entre Cota Reservada e Ampla Concorrência (LC nº 123/2006):

Total de 480 unidades, distribuídas da seguinte forma:

360 unidades (75%) em ampla concorrência;

120 unidades (25%) em cota reservada para ME, EPP e MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e regulamentação correlata.

7.6. Item 05 — Projetor Multimídia Profissional para o Auditório

7.6.1. Vinculação: Eixo FISP/2021. Valor disponível na Ação: R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

7.6.2. Descrição: Projetor multimídia profissional com tecnologia 3LCD, luminância mínima de 5.200 lúmens ANSI (em modo brilho normal e em cores), resolução nativa mínima WUXGA (1280 x 1.080), taxa de contraste dinâmico de 2.500.000:1, lâmpada com vida útil mínima de 5.000 horas em modo normal e 10.000 horas em modo econômico. Conexões: HDMI (mínimo 2 portas), VGA, USB tipo A e tipo B, RJ-45 (Ethernet), RS-232. Compatibilidade com sinal Full HD 1080p e UHD downscaling. Correção de keystone vertical e horizontal. Lente com zoom óptico mínimo 1,6x. Bivolt automático (100-240 V). Garantia mínima do fabricante de 3 (três) anos. Marcas referenciais: Epson PowerLite L530U, Epson PowerLite 2250U, Epson L520w ou equivalente, similar ou de melhor qualidade, em cumprimento ao artigo 41, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. A indicação de marcas referenciais justifica-se exclusivamente como parâmetro de qualidade e padrão tecnológico, sem caráter exclusivo.

7.6.3. Memória de Cálculo Quantitativo: O auditório principal da ESB possui capacidade para 200 (duzentas) pessoas e dimensões aproximadas de 18 m de comprimento por 12 m de largura, demandando equipamento de projeção de alta luminância e nitidez. Quantitativo: 1 (uma) unidade.

7.6.4. Memória de Cálculo Financeiro: Pesquisa de mercado aponta preço unitário médio de Projetor Multimídia Profissional para o Auditório, na faixa de R\$ 17800,00.

7.7. Item 06 — Projetores Multimídia para Salas de Aula e Auditório (complementar)

7.7.1. Vinculação: Eixo RMVI/2023. Valor disponível na Ação: R\$ 145.059,00 (cento e quarenta e cinco mil e cinquenta e nove reais).

7.7.2. Descrição: Projetor multimídia para sala de aula, com tecnologia 3LCD, luminância mínima de 3.500 lúmens ANSI (em modo brilho normal e em cores), resolução nativa mínima XGA (1.024 x 768), preferencialmente WXGA (1.280 x 800), taxa de contraste mínima 15.000:1, lâmpada com vida útil mínima de 6.000 horas em modo normal. Conexões: HDMI (mínimo 1 porta), VGA, USB tipo A e tipo B. Compatibilidade com Full HD 1080p. Correção de keystone vertical automática. Alto-falante integrado mínimo 2 W. Bivolt automático. Garantia mínima do fabricante de 2 (dois) anos para o equipamento e de 90 (noventa) dias ou 1.000 horas de uso para a lâmpada. Marcas referenciais: Epson PowerLite E20, Epson PowerLite X49 ou equivalente, similar ou de melhor qualidade, em cumprimento ao artigo 41, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.7.3. Memória de Cálculo Quantitativo: Distribuição prevista — 12 (doze) salas de aula com 1 projetor cada (12 unidades), 4 (quatro) laboratórios com 1 projetor cada (4 unidades), 2 (duas) salas de apoio com 1 projetor cada (2 unidades), totalizando 18 (dezoito) projetores.

7.7.4. Memória de Cálculo Financeiro: Pesquisa de mercado aponta preço unitário médio de Projetores Multimídia para Salas de Aula e Auditório (complementar), na faixa de R\$ 4480,00.

7.8. Item 07 — Caixa de Som Amplificada Profissional

7.8.1. Vinculação: Eixo RMVI/2023. Valor disponível na Ação: R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais)

7.8.2. Especificação Técnica: Caixa acústica ativa, biamplificada, 2 vias; potência de 1.000 W; resposta de frequência mínima de 55 Hz a 18 kHz; alto-falante (woofer) de 15" e corneta (alta frequência) com driver de compressão de 1,5", de titânio; 2 conectores de entrada combo XLR e P10, 1 conector de entrada P2 e 1 conector de saída XLR; cobertura de guia de onda de 90° x 60°; amplificador Classe D e processador digital de som (DSP) interno; gabinete em polipropileno resistente e grelha de aço na parte frontal, na cor preta; alça na lateral e na parte superior, e flange de 35 mm na parte inferior para montagem em pedestal; pode ser utilizada como PA (em pé) ou monitor (deitada); alimentação em 120 V ou 240 V (bivolt automático); medidas aproximadas: 68 x 42 x 38 cm; peso aproximado: 18 kg; faixa de frequência (-10 dB): 56 Hz a 20 kHz; potência de saída dinâmica: 1.100 W (BF: 950 W / AF: 150 W); potência de saída contínua: 700 W (BF: 600 W / AF: 100 W); nível máximo de saída (1 m, no eixo): 132 dB de pressão sonora; conectores de entrada/saída: entrada XLR-3-31 x 1; saída P10 x 2; saída RCA x 2; THRU XLR-3-32 x 1 (paralela com a entrada 1); link de saída XLR x 1. Marcas referenciais: Electro-Voice ZLX-15 G2, Mackie Thump215XT, Yamaha DBR15, RCF ART-15 MK5 ou equivalente, similar ou de melhor qualidade, em cumprimento ao artigo 41, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.8.3. Memória de Cálculo Quantitativo: Cobertura sonora prevista — auditório principal (2 unidades, sistema estéreo principal e backup), salas grandes de instrução (4 unidades, distribuídas em 4 salas), pátio externo de instrução para apresentações ao ar livre (1 unidade), 1 unidade reserva para reposição/substituição em manutenção, totalizando 8 (oito) unidades.

7.8.4. Memória de Cálculo Financeiro: Pesquisa de mercado aponta preço unitário médio de Caixa de Som Amplificada Profissional, na faixa de R\$

7.9. Item 08 — Monitor Profissional Tipo Vídeo Wall (LFD)

7.9.1. Vinculação: Eixo FISPD/2021. Valor disponível na Ação: R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais).

7.9.2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DE CONJUNTO PARA SISTEMA VIDEO WALL 2X2

7.9.2.1. Esta especificação fixa as condições mínimas exigíveis para o fornecimento de um conjunto completo para sistema Video Wall 2x2, composto por monitores profissionais, suportes de parede e controlador de Video Wall, a ser utilizado para aplicações corporativas que exigem impacto visual e alta performance.

7.9.3. MONITORES PROFISSIONAIS (04 UNIDADES)

7.9.3.1. O equipamento é definido por um monitor profissional de 55 polegadas, ideal para compor painéis de vídeo wall imersivos e de grande escala, oferecendo imagens nítidas e cores vibrantes.

7.9.3.2. Deverá possuir bordas ultrafinas, resolução Full HD (1.920 x 1.080) e tecnologia de ponta para reprodução de conteúdo com clareza e uniformidade.

7.9.3.3. O equipamento deverá apresentar as seguintes especificações de tela:

7.9.3.3.1. Tamanho diagonal: 55"

7.9.3.3.2. Tipo de Painel: IPS

7.9.3.3.3. Resolução: 1.920 x 1.080

7.9.3.3.4. Pixel Pitch: 0,63 x 0,63

7.9.3.3.5. Brilho: Máx. 500 nit

7.9.3.3.6. Contraste: 1.200:1

7.9.3.3.7. Ângulo de Visão (Horizontal / Vertical): 178/178

7.9.3.3.8. Tempo de Resposta: 8 ms

7.9.3.3.9. Gama de cores: 72 %

7.9.3.3.10. Opacidade do vidro: 25 %

7.9.3.3.11. Varredura horizontal: 62,7~72,3 kHz

7.9.3.3.12. Frequência máxima de pixels: 82 MHz

7.9.3.3.13. Varredura vertical: 57~63 Hz 7.9.3.3.14. Contraste Dinâmico: 45.000:1

7.9.3.4. Projetado para operação contínua (ininterrupta), 24/7.

7.9.3.5. O equipamento deverá contar com as seguintes opções de conectividade:

7.9.3.5.1. Entrada HDMI: 2 (Versão 2)

7.9.3.5.2. Entrada DP: 1 (Versão 1.2)

7.9.3.5.3. Entrada DVI: Sim

7.9.3.5.4. Versão do HDCP: 2.2

7.9.3.5.5. USB: 1

7.9.3.5.6. IR: Sim

7.9.3.5.7. Audio In: Sim

7.9.3.5.8. Saída de áudio: Mini Jack estéreo

7.9.3.5.9. Saída de vídeo: Sim

7.9.3.5.10. Saída de alimentação: Não

7.9.3.5.11. Entrada RS232: Sim

7.9.3.5.12. Saída RS232: Mini Jack estéreo 7.9.3.5.13. Entrada RJ45: Sim

7.9.3.6. A alimentação deverá ser feita por fonte de 100-240 Vca 50/60 Hz, com consumo de energia de 220 W (ligado) e 0,5 W (stand-by).

7.9.3.7. As dimensões físicas (LxAxP) sem embalagem deverão ser de 1.213,5 x 684,3 x 73,1 mm, e o peso do produto sem embalagem de 21,2 kg.

7.9.3.8. O funcionamento deverá ser garantido em faixa de temperatura de 0 ~ 40 °C e umidade de 10 ~ 90%.

7.9.3.9. Deverá possuir suporte VESA de 600 x 400 mm e largura da borda de 2,25 mm (U/L) e 1,25 mm (R/B).

7.9.4. SUPORTES DE PAREDE (04 UNIDADES)

7.9.4.1. O suporte deverá ser do tipo de parede, projetado para Video Wall, com versatilidade e compatibilidade universal.

7.9.4.2. Deverá possuir mecanismo de travamento rápido quando retraído, suportes de mudança lateral e ajuste interno do nível da tela para alinhamento preciso.

7.9.4.3. Indicado para Video Wall com peso máximo de 45 Kg por tela.

7.9.4.4. Compatível com padrão de fixação VESA (horizontal x vertical) de 200x200 a 600x400 mm.

7.9.4.5. Deverá suportar TVs e Monitores de 37" a 70 polegadas.

7.9.4.6. Possuir engate antifurto (cadeado não incluso).

7.9.4.7. Possuir sistema de ajuste de nível de -3°/+3°.

7.9.4.8. Estrutura reforçada, totalmente fabricado em aço carbono, com tratamento anticorrosão e pintura eletrostática.

7.9.4.9. Espessura da chapa metálica laminada a 2mm, e braço do suporte com chapa laminada a frio de 2,5mm.

7.9.4.10. Distância da parede: 6 cm quando recolhido e 20 cm quando aberto.

7.9.4.11. Cor: Preto.

7.9.4.12. Categoria: Suporte com inclinação (TILT) montagem na parede de vídeo.

7.9.4.13. Acabamento: Tratamento anticorrosão e pintura epóxi eletrostática.

7.9.4.14. O produto deverá ser entregue montado e de fácil instalação.

7.9.4.15. Deverá possuir sistema prático de afastamento da parede para acesso aos cabos e conectores, sistema de afastamento POP-OUT, tipo

"clic".

7.9.4.16. O produto é acompanhado de buchas e parafusos na quantidade suficiente para fixação segura.

7.9.5. CONTROLADOR DE VIDEO WALL (01 UNIDADE)

7.9.5.1. O equipamento deverá ser um controlador de Video Wall 2x2, projetado para dividir uma única imagem em blocos e exibi-los em até 4 telas (matriz 2x2).

7.9.5.2. Deverá suportar resolução de entrada e saída de até 4K (3840x2160P) a 24/30Hz e 1080P (1920x1080P) a 25/30/50/60Hz.

7.9.5.3. Deverá possuir pelo menos uma entrada HDMI e uma entrada DVI.

7.9.5.4. Deverá possuir 4 saídas HDMI para conexão com as telas do Video Wall.

7.9.5.5. Deverá incluir uma saída de áudio de 3,5mm (P2) para conexão com sistemas de áudio externos.

7.9.5.6. Compatível com formatos de entrada YUV422 16 bits e RGB444 24 bits.

7.9.5.7. Deverá ser Plug & Play, dispensando softwares adicionais para operação básica.

7.9.5.8. Deverá permitir configurações de Video Wall 2x2 e 1x2.

7.9.5.9. Deverá possuir entrada RS232 para configuração individual das telas.

7.9.5.10. A alimentação deverá ser Bivolt (DC12V/2A).

7.9.5.11. Deverá acompanhar controle remoto para maior praticidade.

7.9.5.12. Dimensões físicas aproximadas: Altura de 5,8 cm, Largura de 19,8 cm e Comprimento de 28 cm.

7.9.5.13. Peso aproximado: 1,205 kg.

7.9.5.14. Temperatura de Operação: 0°C a 40°C.

7.9.5.15. Acompanha o aparelho 04 cabos HDMI com 3 metros de comprimento e 01 cabo HDMI de 2 metros de comprimento.

7.9.6. NORMAS E CERTIFICAÇÕES

7.9.6.1. Os monitores profissionais deverão possuir as seguintes certificações EMC:

7.9.6.1.1. FCC (EUA) Parte 15, Subparte B Classe A.

7.9.6.1.2. CE (Europa): EN55032: 2012 ou 2015 EN55024:2010 ou EN 55035:2017.

7.9.6.1.3. VCCI (Japão): VCCI CISPR32:2016 Classe B.

7.9.6.1.4. KCC/EK (Coreia): Sintonizador: KN13/KN20 Tunerless: KN22/KN24.

7.9.6.1.5. BSMI (Taiwan): CNS13438 (ITE EMI) Classe A/CNS14336-1 (segurança ITE)/CNS15663 (RoHS).

7.9.6.1.6. C-Tick (Austrália): AS/NZS CISPR32:2015.

7.9.6.1.7. CCC (China): GB/T9254-2008, GB17625.1-2012. 7.9.6.1.8. GOST (Rússia/CIS): ROCT CISPR 24-2013/ROCT CISPR 22:2005.

7.9.6.2. Os monitores profissionais deverão possuir as seguintes certificações de Segurança:

7.9.6.2.1. CB (Europa): IEC60950-1/EN60950-1.

7.9.6.2.2. CCC (China): GB4943.1-2011.

7.9.6.2.3. PSB (Singapura): PSB+IEC60950-1.

7.9.6.2.4. NOM (México): Sem sintonizador: NOM-019-SCFI-1998.

7.9.6.2.5. IRAM (Argentina): IRAM+IEC60950-1.

7.9.6.2.6. SASO (Arábia Saudita): SASO+IEC60950-1.

7.9.6.2.7. BIS (Índia): IEC60950-1/IS13252.

7.9.6.2.8. KC (Coreia): K 60950-1.

7.9.6.2.9. EAC (Rússia): EAC+IEC60950-1.

7.9.6.2.10. INMETRO (Brasil): INMETRO+IEC60950-1.

7.9.6.2.11. BSMI (Taiwan): BSMI+IEC60950-1.

7.9.6.2.12. RCM (Austrália): IEC60950-1/AS/NZS 60950-1.

7.9.6.2.13. UL (EUA): cUL60950-1. 7.9.6.2.14. CSA (Canadá): cULTUV (Alemanha): CENEMKO (Noruega): CE.

7.9.7. EMBALAGENS

7.9.7.1. O material deverá ser entregue acondicionado de forma que não danifique o equipamento durante o transporte e armazenamento.

7.9.7.2. Cada caixa deverá conter as informações do fabricante/fornecedor, quantidade, ano do fornecimento e demais dados previstos na legislação vigente.

7.9.7.3. Cada item deverá ser entregue acompanhado de manual com instruções de montagem, uso, limpeza e manutenção, em língua portuguesa do Brasil.

7.9.8. GARANTIA

7.9.8.1. O objeto desta aquisição deverá contar com garantia contratual pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses para os Monitores e de 12 (doze) meses para os demais itens (Suportes e Controlador) a partir do recebimento definitivo do objeto pela Administração.

7.9.9. MEMÓRIA DE CÁLCULO QUANTITATIVO

7.9.9.1. Composição de painel multitela 2x2 (4 monitores) para o Centro de Operações Didático da ESB, destinado à apresentação de mapas táticos, indicadores operacionais, simulação de cenários e atividades de coordenação didática. Quantitativo: 1 (um) conjunto.

7.9.10. MEMÓRIA DE CÁLCULO FINANCEIRO Pesquisa de mercado aponta preço unitário médio de 1 (um) Monitor Profissional Tipo Vídeo Wall (LFD), na faixa de R\$ 32308,72.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 576.617,66

8.10. Quadro-Síntese das Estimativas e Vinculações

8.10.1. Apresenta-se, abaixo, quadro-síntese consolidado, demonstrando a perfeita aderência entre os valores estimados e o teto de cada Ação aprovada no Plano de Aplicação:

Item	Bem	Qtd.	Preço Unit. Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)	Teto da Ação (R\$)
01	Cadeira longarina (3 lugares)	8	1147,00	9.176,00	9.700,00
02	Mesa rebatível com rodízio	22	1149,99	25.299,78	30.539,96
03	Conjunto carteira-cadeira FDE CJA-06	40	506,00	20.240,00	22.000,00
04	Cadeiras fixas	480	575,49	276.235,20	273.600,00
05	Projektor multimídia auditório (9.000 lm)	1	17800,00	17.800,00	19.000,00
06	Projetores sala/auditório complementar	18	4480,00	80.640,00	145.059,00
07	Caixa de som amplificada profissional	8	4761,00	38.088,00	45.600,00
08	Conjunto videowall 55" (Full HD 24/7)	01	32308,72	32.308,72	31.118,76
	VALOR GLOBAL	578	—	499.787,70	576.617,66

8.10.2. A diferença residual de R\$ 76.829,96 entre o valor global estimado (R\$ 499.787,70) e o teto consolidado das Ações (R\$ 576.617,66) decorre da impossibilidade de superação do teto de cada Ação, consoante orientação do Ofício SSP nº 101/2026, segundo o qual a Unidade Orçamentária deverá repassar o valor exato à UGE, sem arredondamento de centavos para mais ou menos, podendo após o certame licitatório o aditivo de contratos para chegar próximo ao valor total da ação com mais eficiência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução foi integralmente parcelada por item, em estrita observância ao princípio do parcelamento estampado no artigo 40, parágrafos 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na Súmula 247 do Tribunal de Contas da União e na Súmula 47 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Cada um dos oito itens do Plano de Aplicação foi tratado como objeto autônomo, com especificação técnica e estimativa de preço próprios, justamente para ampliar a competitividade, fomentar a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e otimizar a obtenção da proposta mais vantajosa.

9.2. Não se justifica, no caso vertente, qualquer aglutinação em grupo ou lote. Os bens, embora todos vinculados ao Plano de Aplicação da ESB, possuem natureza, fabricantes, cadeias de fornecimento e segmentos de mercado distintos: mobiliário escolar (Itens 01 a 04) é fornecido por empresas do setor de móveis sob medida; equipamentos de projeção (Itens 05 e 06) são fornecidos por revendedores autorizados de marcas globais; equipamentos de sonorização (Item 07) são fornecidos por integradores de áudio profissional; e monitores tipo videowall (Item 08) são fornecidos por revendedores especializados em sinalização digital. A aglutinação implicaria restrição indevida da competitividade, com prejuízo ao princípio da economicidade.

9.3. Da Cota Reservada para ME/EPP/MEI. Em estrita observância ao artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e ao Decreto Federal nº 8.538, de 2015, fica estabelecida a seguinte distribuição: (i) Itens 01, 02, 03, 05, 07 e 08, cujo valor estimado individual é igual ou inferior a R\$ 80.000,00, destinam-se exclusivamente à participação de ME, EPP e MEI; (ii) Item 04 (R\$ 273.600,00) e Item 06 (R\$ 145.059,00), por excederem R\$ 80.000,00, sujeitam-se à reserva de cota de 25% do quantitativo total para participação exclusiva de ME, EPP e MEI, mantendo-se 75% em ampla concorrência.

9.4. Dinâmica de Fornecimento e Entrega. A entrega de cada item dar-se-á em parcela única, no Almoxarifado da Escola Superior de Bombeiros, situado na Rodovia Prefeito Luiz Salomão Chamma, nº 4701– Vila Ramos – Franco da Rocha/SP, sede da Escola Superior de Bombeiros "Cel PM Paulo Marques Pereira", em horário comercial (8h às 12h e 13h às 17h, de segunda a sexta-feira), com agendamento prévio mínimo de 48 horas. O prazo máximo para entrega é de 30 (trinta) dias corridos contados da emissão da Nota de Empenho, prazo justificado pela complexidade logística de consolidação de carga, customização de logomarca federal e provimento de laudos. Bens com defeito ou em desconformidade com a especificação ou com a obrigação de afixação da identidade visual federal serão rejeitados de plano, com lavratura de Termo de Recusa e devolução à Contratada às suas expensas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. Não há necessidade de Contratações correlatas e/ou interdependentes no momento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se rigorosamente alinhada ao planejamento estratégico do Comando do Corpo de Bombeiros e da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, integrando ainda o Plano Plurianual (PPA) vigente e a programação orçamentária da Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício corrente, no programa de trabalho associado à modernização do aparato de segurança pública.

11.2. Em camada hierarquicamente superior, a demanda integra de modo inequívoco o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, aprovado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJSP) por intermédio do Termo de Adesão Fundo a Fundo firmado entre a União e o Estado de São Paulo, conforme demonstrativo encaminhado pelo Ofício nº 101/2026-SSP-SGC-CPOFP/GSPOFP-DGRF-STFA, processo SEI nº 025.00003398/2026-78, e seus respectivos anexos (Anexo I — Planos; Anexo II — Logo FNPS; Anexo III — Normas Técnicas SENASP; Anexo IV — Manual de Execução do FNPS/Catálogo; Anexo V — Formulários; Anexo VI — Comunicado de Procedimentos de Pagamento; Anexo VII — Comunicado DARE; e Anexo VIII — Cronograma).

11.3. Os bens objeto deste ETP constam expressamente, item a item, do quadro demonstrativo da dotação orçamentária do Ofício SSP nº 101/2026, vinculados aos Eixos Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública e Defesa Civil (FISPD), exercício 2021, e Redução de Mortes Violentas Intencionais (RMVI), exercício 2023, com indicação expressa da fonte 275950003, da natureza de despesa 4.4.90.52 (equipamentos e material permanente) e da Conta Contábil 622.11.01.01-180014. A correspondência item-a-item está abaixo demonstrada:

Item	Descrição da Ação / Bem	Qtd. estimada	Valor da Ação (R\$)	Eixo / Ano
01	Cadeira longarina (3 lugares) para Laboratório de Resgate	08 un.	9.700,00	FISPD/2021
02	Mesa rebatível com rodízio (sala flexível)	22 un.	30.539,96	FISPD/2021
03	Conjunto carteira e cadeira (padrão FDE) para Torre Azul	40 cj.	22.000,00	RMVI/2023

04	Cadeiras universitárias com prancheta para salas de aula	480 un.	273.600,00	RMVI/2023
05	Projektor multimídia profissional para o auditório	01 un.	19.000,00	FISPD/2021
06	Projektor multimídia para sala de aula e auditório	18 un.	145.059,00	RMVI/2023
07	Caixa de som amplificada profissional	08 un.	45.600,00	RMVI/2023
08	Conjunto Vídeo Wall (LFD)	01 un.	31.118,76	FISPD/2021
	VALOR GLOBAL ESTIMADO	578 itens	576.617,66	—

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos sob a Ótica da Economicidade. A integral execução do Plano de Aplicação proporcionará:

- (i) economia orçamentária estimada de R\$ 597.352,02 ao Tesouro Estadual, em razão do financiamento integral pelo FNSP;
- (ii) modernização da infraestrutura didática da ESB, com retorno qualitativo na formação do efetivo;
- (iii) preservação da regularidade da prestação de contas ao MJSP, evitando devolução de recursos e bloqueio de futuros repasses;
- (iv) cumprimento dos compromissos assumidos no Termo de Adesão Fundo a Fundo, fortalecendo a posição do Estado de São Paulo no cenário federal da segurança pública.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Da Equipe de Gestão e Fiscalização

13.1.1. A gestão e a fiscalização do contrato observarão a estrutura quadripartite preconizada pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, com a designação formal, mediante Portaria do Ordenador de Despesas, dos seguintes agentes: (i) Gestor do Contrato, oficial superior da Polícia Militar com formação em gestão pública ou administrativa; (ii) Fiscal Técnico, oficial ou praça com conhecimento técnico-profissional na área do bem (engenharia mecânica, elétrica ou audiovisual, conforme a natureza do item); (iii) Fiscal Administrativo, servidor da Seção de Finanças com domínio de SIAFEM, SIAFÍSICO e SIGEO-BI; e (iv) Fiscal Requisitante, servidor da unidade demandante (Seção de Ensino, Seção de Pesquisa, Seção de Manutenção, conforme o caso).

13.1.2. Da Capacitação. Os agentes designados, com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverão demonstrar capacitação prévia em: licitações e contratos administrativos sob o novo regime; gestão de recursos do FNSP (com ênfase nas Portarias MJSP nº 104/2020, 685/2024, 736/2024 e 737/2024); operação dos sistemas SIAFEM, SIAFÍSICO e SIGEO-BI; e elaboração de relatório fotográfico para fins de evidência da identidade visual federal. A capacitação poderá ser realizada por meio dos cursos oferecidos pela Escola de Governo do Estado de São Paulo (EGSP), pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), pelo Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores (CAES) da PMESP, ou por instituições congêneres.

13.2. Do Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

13.2.1. Dada a natureza de contratação de fornecimento de bens (e não de serviços continuados), o Instrumento de Medição de Resultados será simplificado, abrangendo os seguintes indicadores objetivos: (i) Indicador de Conformidade Técnica (ICT), aferido na recepção, com escala de 0% a 100%, exigindo-se mínimo de 100% para aceitação; (ii) Indicador de Pontualidade (IP), aferido pela razão entre prazo efetivo e prazo contratual, exigindo-se mínimo de 100%; (iii) Indicador de Identidade Visual Federal (IIVF), aferido por verificação visual e validação por relatório fotográfico, exigindo-se 100% de adesão ao Manual de Identidade Visual;

14. Possíveis Impactos Ambientais

- 14.1. A presente contratação atende às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (Advocacia-Geral da União), observando os critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica aplicáveis aos bens permanentes objeto deste ETP.
- 14.2. Critérios de Sustentabilidade Ambiental: (i) preferência por fornecedores que adotem matérias-primas de origem certificada, especialmente para os componentes de madeira (MDP/MDF) presentes no mobiliário escolar, exigindo-se Certificado FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), nos termos da Resolução CONAMA nº 411, de 6 de maio de 2009; (ii) tintas, vernizes e adesivos com baixo teor de Compostos Orgânicos Voláteis (COV); (iii) materiais plásticos recicláveis, com identificação por triângulo de resina; (iv) embalagens reduzidas e recicláveis; (v) eficiência energética para os equipamentos eletroeletrônicos, com preferência por modelos com selo Procel A ou similar.
- 14.3. Logística Reversa. A Contratada obriga-se a recolher, sem custo para a Administração, as embalagens, paletes e materiais residuais decorrentes da entrega, em conformidade com a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos). Findado o ciclo de vida dos bens (item 5.4 deste ETP), o desfazimento observará o Decreto Estadual nº 60.428, de 8 de maio de 2014, com priorização de doação a entidades sem fins lucrativos ou destinação a programas de reciclagem.
- 14.4. Aproveitamento de Recursos Existentes. O mobiliário e os equipamentos atualmente em uso na ESB, que serão substituídos pelos novos bens, e que ainda apresentem condições funcionais residuais, serão objeto de avaliação técnica pela Seção de Patrimônio para eventual destinação a outras unidades do Corpo de Bombeiros que ainda não tenham sido contempladas com modernização, em consonância com o princípio da economicidade e do reaproveitamento.
- 14.5. Impactos Sociais e de Governança (ESG). A contratação favorece, por meio das cotas reservadas para ME/EPP/MEI (item 9.3), o desenvolvimento econômico local e regional. Adicionalmente, a exigência de regularidade trabalhista nas qualificações (item 4.3.4) reforça o combate ao trabalho análogo ao escravo e ao trabalho infantil em toda a cadeia de fornecimento.

15. Matriz de Riscos

11.1. Apresenta-se, a seguir, o mapeamento dos riscos críticos identificados, com avaliação de probabilidade e impacto na escala 1 a 5, e respectivas ações preventivas e contingenciais. Os riscos foram analisados sob as três perspectivas: planejamento, seleção do fornecedor e gestão contratual.

Nº	Risco	Causa	Fase	P (1-5)	I (1-5)	Responsável	Ação Preventiva	Ação de Contingência
R1	Devolução total ou parcial dos recursos do FNSP à Conta Única da STN por descumprimento dos prazos peremptórios (15/09/2026, 31/10/2026 e 31/12/2026)	Atrasos no processo licitatório; demora na adesão à ata; demora na entrega; demora no ateste	Planejamento e Execução	5	5	Ordenador de Despesas / Seção de Finanças	Adoção prioritária de adesão a atas vigentes (carona); cronograma reverso a partir de 31/10/2026; reuniões quinzenais de monitoramento; antecipação de empenho; exigência de prazo de entrega máximo de 60 dias	Comunicação imediata à SSP-STFAF (ssp.stfaf@sp.gov.br) com antecedência mínima de 1 mês; remanejamento entre ações dentro do mesmo Eixo, mediante anuência prévia do MJSP /SENASP; instauração de TCE em caso de prejuízo
R2	Recusa de bens no recebimento provisório por ausência ou	Empresa detentora da ata não anuir aos encargos do FNSP; descumprimento do Manual de Identidade	Execução	4	5	Fiscal Técnico / Empresa Contratada	Oficiar formalmente, na fase de adesão, a empresa detentora da ata para anuência expressa por escrito; juntar declaração da empresa antes da emissão da Nota de Empenho; entregar à	Recusa do material no recebimento provisório com lavratura de Termo de Recusa; aplicação de penalidades

	inadequação da identidade visual federal conjunta	Visual; aplicação incorreta da logomarca					Contratada o Manual de Identidade Visual com proporções e cores oficiais; exigência contratual expressa	contratuais; substituição do bem às expensas da Contratada
R3	Inadimplemento da Contratada após emissão da Nota de Empenho, com atraso ou não entrega	Insuficiência de qualificação econômico-financeira; problemas de cadeia produtiva; oscilação cambial em insumos importados	Execução	3	5	Gestor do Contrato	Exigência rigorosa de qualificação econômico-financeira (item 3.3.3);	Aplicação de multa moratória; rescisão unilateral; convocação do segundo colocado da ata; acionamento da garantia contratual; declaração de inidoneidade

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Diante de todo o exposto, conclui-se que a presente contratação é técnica, jurídica, econômica e operacionalmente viável. Os bens objeto deste Estudo Técnico Preliminar integram, item a item, o Plano de Aplicação aprovado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, com financiamento integral pelo Fundo Nacional de Segurança Pública via transferência fundo a fundo, sem qualquer hipótese de duplicidade de financiamento, sem caracterização de despesa vedada, com especificações técnicas adequadas, com pesquisa de preços fundamentada e com mapeamento de riscos compatível com a complexidade do objeto.

16.2. Recomenda-se, em síntese: (i) aprovação deste Estudo Técnico Preliminar pelo Ordenador de Despesas; (ii) imediata abertura dos processos de adesão a atas de registro de preços vigentes para todos os oito itens, observando-se a hierarquia da seção de Levantamento de Mercado e os modelos de aquisição da seção Estimativa das Quantidades a serem Contratadas; (iii) caso inviável a adesão para algum item, abertura de pregão eletrônico SRP por item; (iv) oficialização imediata, em qualquer hipótese, das empresas detentoras de atas escolhidas, exigindo-se anuência expressa quanto aos encargos do FNSP, especialmente identidade visual federal e laudos técnicos; (v) elaboração imediata do Termo de Referência, com aproveitamento integral do conteúdo das seções de requisitos da Contratação, Levantamento de Mercado e Estimativa das Quantidades a serem Contratadas deste ETP; (vi) designação tempestiva, por Portaria, da equipe de gestão e fiscalização (item 13); (vii) publicação interna de orientação consolidada à Seção de Finanças, à Seção de Patrimônio e às demais áreas envolvidas, com base na seção 13 deste ETP; (viii) acompanhamento mensal pela SSP-STFAF e pelo Conselho Gestor do FUNDESP, conforme exigido pelo Ofício SSP nº 101/2026.

16.3. O cumprimento integral das diretrizes, condicionantes e travas jurídicas estabelecidas neste documento confere à contratação blindagem técnica e jurídica adequada, mitigando substancialmente a probabilidade de apontamentos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, pela Controladoria Geral da Administração, pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e pelos órgãos federais de controle (Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União, Ministério da Justiça e Segurança Pública).

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 08:33:35.